



**Fórum de
Pró-Reitores
de Extensão
das Instituições
Públicas de
Educação Superior
Brasileiras**



Open access  free available online

Revista Brasileira de Extensão Universitária

v. 10, n. 3, p. 175-182, set.-dez. 2019 e-ISSN 2358-0399

DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2019v10i3.10774>

Originais recebidos em 07 de março de 2019

Aceito para publicação em 15 de novembro de 2019

GRUPO ABERTO DE CRIANÇAS: QUAIS AS POSSIBILIDADES DE CONVIVÊNCIA E INTERVENÇÃO?

Larissa Osete Souza¹, Gabriel Candido Paiva¹, Maíra Bonafé Sei²

Resumo: O presente artigo configura-se como um relato de experiência acerca de um grupo aberto destinado ao atendimento de crianças com até 11 anos de idade. As atividades são realizadas semanalmente na Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina, com duração de uma hora e 30 minutos, por meio de um projeto de extensão. Tendo em vista a experiência na coordenação da atividade, objetiva-se apresentar os desafios e desdobramentos na condução de um grupo aberto e heterogêneo com crianças. Nota-se que, embora essa modalidade de intervenção clínica não atenda a queixas específicas dos participantes, tem proporcionando a interação entre as crianças, a identificação de riscos quanto ao desenvolvimento infantil e a promoção da saúde mental com obtenção de benefícios terapêuticos em decorrência do compartilhamento de vivências e dificuldades. Todavia, o *setting* grupal, aberto e heterogêneo, exigiu o manejo dos coordenadores para integrar crianças em idades diferentes. Os responsáveis demandavam uma cura para as queixas ou diagnósticos prévios, sendo necessário pontuar que o grupo não tinha este objetivo, mas poderia conceder benefícios na melhora do quadro. Ademais, a constante entrada e saída de membros gerava rupturas na formação de vínculo, fato que demandou constante intervenção dos coordenadores, no sentido de pontuar este movimento.

Palavras-chave: Vínculos grupais; Extensão Universitária; Infância; Saúde mental

Content shared under [Creative Commons Attribution 4.0 Licence](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) CC-BY

1 Graduados em Psicologia e cursando especialização pelo Centro Universitário Filadélfia, colaboradores externos do projeto de extensão realizado na Universidade Estadual de Londrina - UEL.

2 Professora adjunta do Departamento de Psicologia e Psicanálise, Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Diretora da Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina (Gestão 2014-2018 e 2018-2022). Coordenadora do projeto de extensão realizado na Universidade Estadual de Londrina - UEL. mairabonafe@gmail.com (autora para correspondência)

Open group of children: What are the possibilities for coexistence and intervention?

Abstract: The present article is an experience report about an open group for children up to 11 years old. The activities happened weekly in the Psychological Clinic of the State University of Londrina (Londrina, Brazil), lasting about one hour and 30 minutes, through an extension project. From the coordination experience in the groups, the objective is to present the challenges and consequences in the management of an open and heterogeneous children group. Although this modality of clinical intervention does not attend specific complaints of the participants, it has provided interaction among the children, the identification of risks in the child development, and the promotion of mental health with therapeutic benefits, as a result of sharing experiences and difficulties. However, the open and heterogeneous group setting required the coordinators' management to integrate children of different ages. The parents or guardians demanded a cure for the complaints with previous diagnoses, and it should be noted that the group did not have this goal, but could grant other benefits and possibly improve the current condition. Also, the constant entry and exit of members created ruptures in the formation of bonds, a fact that demanded a constant intervention of the coordinators.

Keywords: Group Bounds; University Extension; Childhood; Mental health

Grupo abierto de niños: ¿Cuáles son las posibilidades de convivencia e intervención?

Resumen: El presente artículo se configura como un relato de experiencia sobre un grupo abierto destinado a la atención de niños de hasta 11 años de edad. Las actividades se realizan semanalmente en la Clínica Psicológica de la Universidad Estatal de Londrina (Londrina, Brasil), con una duración de una hora y 30 minutos, por medio de un proyecto de extensión. Con vistas a la experiencia en la coordinación del grupo, se pretende presentar los desafíos y desdoblamientos en la conducción de un grupo abierto y heterogéneo con niños. Se observa que, aunque esta modalidad de intervención clínica no atiende a quejas específicas de los participantes, tiene proporcionando la interacción entre los niños, la identificación de riesgos en cuanto al desarrollo infantil, la promoción de la salud mental, con obtención de beneficios terapéuticos, en consecuencia del compartir de vivencias y dificultades. Sin embargo, el entorno grupal abierto y heterogéneo requirió la gestión de coordinadores para integrar a niños de diferentes edades. Los tutores exigieron una cura para las quejas o los diagnósticos anteriores, y debe tenerse en cuenta que el grupo no tenía este objetivo, pero podría proporcionar beneficios para mejorar la condición. Además, la entrada y salida constante de los miembros generó rupturas en la formación del vínculo, un hecho que exigió la intervención constante de los coordinadores, para puntuar este movimiento.

Palabras-clave: Lazos de grupo; Extensión Universitaria; Infancia; Salud mental

Introdução

O presente artigo objetiva apresentar e discutir o trabalho realizado com crianças em um grupo aberto e heterogêneo, identificando os possíveis benefícios, os desafios enfrentados e os desdobramentos da oferta desta modalidade de atendimento. O interesse pelo tema, abordado neste estudo, surgiu a partir do atendimento realizado com crianças em um projeto de extensão cujas atividades ocorrem em um serviço-escola de Psicologia de uma universidade pública.

Ao discorrer sobre as atividades extensionistas, Siqueira et al. (2017) apontam a necessidade de buscar estimular a troca de experiências entre os participantes, fomentando a formação de uma identidade comunitária e o fortalecimento de vínculos, os quais podem atuar no desenvolvimento de atitudes colaborativas entre a própria comunidade. Entende-se que o fato de proporcionar um *setting* aberto à entrada de novos participantes contribui para uma riqueza de narrativas de vida e potencializa a

capacidade de identificação entre as crianças por meio da expressão de experiências na comunidade em que se inserem, no contexto escolar e familiar.

Campezatto e Nunes (2007) chamam atenção para a importância de criar espaços de acolhimento para os usuários das clínicas-escolas de psicologia em fila de espera e apresentam um levantamento das modalidades de atendimento que eram realizadas nesses serviços com o intuito de diminuir o tempo de espera da população. Destaca-se a clínica da recepção, postulada por Salinas e Gorayeb (2002), na qual psicólogos e residentes propuseram uma intervenção já nos primeiros contatos de triagem, com orientação a pais, familiares ou à equipe médica, por meio de grupos de recepção e acolhimento e a triagem psicológica grupal (PERES, 1997).

Quanto ao atendimento grupal, Motta, Moré e Nunes (2017) observam que ele é priorizado dentre os recursos terapêuticos nas ações em saúde mental, devido ao seu potencial de fortalecimento e construção de vínculos sociais, integrando os fatores de saúde mental. No que

concerne aos benefícios da prática grupal, no estudo realizado por Souza e Santos (2012) acerca de grupos realizados na atenção primária à saúde, constatou-se a importância dessa ferramenta para o psicólogo na busca pela promoção da saúde e na valorização dos usuários enquanto sujeitos, para além dos diagnósticos que recebiam. Verificou-se também que a prática grupal proporcionou a emergência de novos sentidos de vida e uma melhora na qualidade do vínculo que se estabelecia entre os profissionais e usuários. Neves et al. (2015) corroboram com Souza e Santos (2012) no tocante aos benefícios do grupo e acrescentam a possibilidade de obter suporte social e mudanças, além de oportunizar a aprendizagem pelas identificações que são estabelecidas.

Cunha e Santos (2009) explicam que os grupos podem ser classificados por meio de sua estrutura, podendo ser heterogêneo, intermediário, aberto ou fechado. Cidadin, Kemczinsk e Matos (2014) também apresentam, ao discutirem a formação de grupos no processo de aprendizagem, a classificação: homogêneo, heterogêneo ou misto. Nesta perspectiva, o que define a classificação do grupo são as características dos participantes. Sendo assim, os participantes podem ter, respectivamente, aspectos em comum, aspectos diferentes ou, em último caso, participantes que se apresentam como homogêneos em algumas características e heterogêneos em outras.

Os benefícios da prática grupal são notoriamente relevantes, como apontam Souza e Santos (2012), Guimarães, Malaquias e Pedroza (2013) e Neves et al. (2015). Todavia, faz-se necessário contextualizar tais benefícios relacionando-os à modalidade de grupo e de vínculo que são estabelecidos. Como sugerem Massignani, Dalmau e Sabino (2013), grupos abertos e heterogêneos possuem características próprias e formas específicas de vínculo com os terapeutas e entre os participantes.

Neste sentido, o grupo heterogêneo compreende a participação de membros com diferentes diagnósticos e características de personalidade. No caso de grupos abertos, os participantes podem entrar e sair. Há a possibilidade de substituir os desistentes, diferentemente do grupo fechado, no qual não há o ingresso de novos membros. Pinheiro (2014) esclarece que este tipo de classificação, fundamenta-se nas características do *setting*, o qual pode se organizar de diferentes modos a depender dos objetivos da prática grupal.

Cunha e Santos (2009) argumentam que a constante entrada e saída de membros nos grupos abertos lhes conferem um caráter superficial, diferentemente dos grupos fechados, nos quais é possível promover uma experiência mais profunda, no tocante à formação de vínculos e compartilhamento de experiências. Todavia, Basso et al. (2019) indicam que a diversidade de características e narrativas dos grupos heterogêneos e abertos oportunizam, por meio das experiências relacionais, o surgimento de novas ideias, concepções e ações.

Por outro lado, observa-se que o vínculo em grupos abertos é atravessado por rupturas no *setting*, o qual não precisa ter uma determinação do número de participantes

e do tempo de permanência. A entrada e saída de membros dificulta uma vinculação mais profunda entre os participantes e com os próprios coordenadores. Massignani, Dalmau e Sabino (2013) corroboram com o fato de que o grupo aberto e heterogêneo se caracteriza pela constante entrada e saída de membros e acrescentam a grande rotatividade de integrantes nestas estruturas grupais torna a atenção terapêutica imediata, sem uma preocupação com a continuidade do grupo.

Nota-se que a prática de grupos abertos e heterogêneos em serviço-escola de psicologia ainda é pouco discutida na literatura. Amaral et al. (2012), ao realizarem um levantamento dos tipos de atendimento realizado em clínicas-escola, destacam dentre os atendimentos grupais: grupos de orientação vocacional (MELO-SILVA; SANTOS; SIMON 2005), grupo de transtornos psiquiátricos (GAUY; FERNANDES, 2008) e intervenções que se fundamentam como uma alternativa para a diminuição do tempo de espera em longas listas, e também para diminuir custos dos atendimentos (SILVARES, 2000). Contudo, tais propostas não discutem as características do *setting* e suas implicações.

No tocante aos grupos infantis, Guerrelhas, Bueno e Silveiras (2000) verificaram que a implantação de um grupo de espera recreativo diminuiu os índices de evasão e proporcionou um espaço de escuta e acolhimento das demandas deste público. Sendo assim, pode-se afirmar que os grupos com objetivo de acolher os usuários em lista de espera constituem um importante dispositivo de intervenção e aproximação dos potenciais usuários com o local.

Tendo como pressuposto os benefícios da atividade grupal no relacionamento interpessoal e intrapessoal, considera-se que o grupo com crianças pode favorecer o desenvolvimento psíquico. Guimarães, Malaquias e Pedroza (2013) perceberam a relevância do grupo terapêutico para crianças em pesquisa realizada em uma clínica-escola, tendo apontado que a singularidade de cada participante em contato com a pluralidade de outros indivíduos faz emergir uma dinâmica relacional única, com uma diversidade de vínculos. Configura-se, assim, como um meio de valorizar a subjetividade e o desenvolvimento, os quais também ocorrem a partir do confronto com o desenvolvimento psíquico dos outros participantes, fomentando a elaboração dos conflitos do próprio desenvolvimento.

Heberle e Oliveira (2016) reconhecem que os atendimentos grupais têm sido utilizados com grande frequência dentre as estratégias empregadas nos serviços de saúde e os próprios usuários destes sistemas apontam a eficácia dos grupos no restabelecimento da saúde mental. Contudo, a psicologia historicamente esteve atrelada a uma prática individualizante, pautada no atendimento clínico. Diante disso, outras formas de atuar ainda são vistas com certo descrédito, como é o caso do trabalho com grupos. Com isso, Rossi, Kirch e Allgayer (2009, p. 7) consideram que “[...] a clínica tradicional ainda pulsa como a melhor solução que as ciências da saúde têm para oferecer”. Sei e Maireno (2018) também ressaltam a prevalência da psicoterapia individual dentre os métodos de intervenção psicológica e apontam para o fato de a

própria população preferir essa modalidade de atendimento, implicando em uma grande espera pela psicoterapia individual nos serviços-escola de Psicologia.

Em contrapartida, entende-se que os grupos abertos destinados ao acolhimento de usuários que buscam atendimento na clínica psicológica universitária podem estar em consonância com a perspectiva de promoção da saúde apresentada pelo Brasil (2014), tendo como pressuposto a saúde ampliada, a inclusão social e o respeito à diferença. Além disso, a promoção da participação em grupos sem a necessidade de preenchimento de critérios específicos ou cadastro prévio, possibilita apostar na convivência entre os usuários como um motor de saúde mental. Ademais, amplia e facilita o acesso da população ao serviço-escola de Psicologia, contribuindo para tornar possível experiências que tenham como pano de fundo uma escuta qualificada, que em outros contextos poderiam não acontecer com determinada população devido a critérios que limitavam a participação dentro dos grupos. Sendo assim, é possível promover uma escuta que transcende a doença e a necessidade de uma reabilitação (SEI; MAIRENO, 2018).

Ortolan, Sei e Victrio (2018) explicam que o acolhimento promovido pelos grupos abertos permitem uma “escuta qualificada e a construção de relações de compromisso e confiança” (p. 82). Também ressaltam a articulação com os serviços da rede do SUS (Sistema Único de Saúde) por meio de encaminhamentos e orientação aos usuários para a assistência e continuidade do atendimento. Para tanto, leva-se em conta a singularidade de cada caso e o reconhecimento do usuário como ativo neste processo. Amplia-se, assim, o acesso da população à atenção básica de saúde, tendo em vista que o acolhimento oferecido pelos grupos abertos integra práticas de promoção da saúde (ORTOLAN; SEI; VICTRIO, 2018; SEI; MAIRENO, 2018).

A universidade por um lado cumpre, assim, com sua responsabilidade social, oferecendo atendimento aos usuários de saúde e se aproximando tanto da comunidade quanto da rede de assistência. Por outro, no âmbito da produção do conhecimento, os grupos abertos se tornam uma ferramenta eficaz na formação dos discentes ao aproximá-los das políticas de saúde, de assistência social e de provocar questionamentos sobre a prática tradicional, além de possibilitar troca de experiências com variadas populações.

Metodologia

O presente artigo fundamenta-se na discussão qualitativa acerca dos possíveis benefícios, desafios e desdobramentos de um grupo infantil aberto e heterogêneo, empreendida por meio de um relato de experiência advindo das ações de um projeto de extensão. Os grupos acontecem semanalmente nos períodos matutino e vespertino, com duração de 1h30 em um serviço-escola de Psicologia de uma universidade pública. Os participantes são divididos de acordo com a faixa etária. Tem-se, assim, o grupo de crianças, compreendendo a população até os 11 anos de idade, o

grupo de adolescentes, que abrange participantes entre 12 e 17 anos de idade, e o grupo de adultos, direcionado àqueles que estão acima dos 18 anos de idade, entendendo-se que tal divisão de faixa etária respeita o proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Os grupos são abertos, ou seja, qualquer pessoa pode iniciar a participação nas atividades ou ausentar-se e deixar de participar a cada encontro realizado. O público atendido envolve participantes tanto da comunidade interna à universidade, tais como estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e demais funcionários, quanto o público externo, como interessados da comunidade em geral. O projeto de extensão por meio do qual os grupos são realizados foi idealizado, inicialmente, para o acolhimento de pessoas que aguardavam o início da psicoterapia individual, haja vista o tempo demandado entre a solicitação pela psicoterapia e o início do atendimento. Entretanto, com o desenvolvimento da proposta entendeu-se que seria pertinente abrir a participação a qualquer interessado nos grupos, sem a necessidade de estar esperando vaga para a psicoterapia individual. Participam da coordenação dos grupos no mínimo dois estagiários de Psicologia, os quais planejam antecipadamente a atividade que será realizada.

No grupo infantil são desenvolvidas diversas propostas de acordo com a demanda apresentada pelo próprio grupo, tais como: brincadeiras livres, jogos, desenhos livres ou temáticos, recorte e colagem, modelagem em argila ou massa de modelar, jogos ao ar livre, piquenique, visita às setores da instituição de ensino, como museus e ludoteca, dentre outras atividades. Consideram-se as sugestões e os desejos das crianças no planejamento das atividades e a adaptação das propostas conforme as características dos participantes de cada encontro.

Semanalmente são realizadas supervisões grupais com os estagiários que são os coordenadores do grupo. Os discentes relatam as experiências vivenciadas nos grupos e suas dificuldades, as quais são refletidas à luz de um aporte teórico pertinente aos grupos abertos, questionando-se acerca das diferentes formas de se direcionar as atividades e os modos possíveis de condução das intervenções.

Não é estabelecido quantidade máxima de participantes, número de faltas após as quais o participante é desligado ou critérios específicos para participação nos grupos. Espera-se poder receber, de uma forma aberta e atenta, todas as pessoas que se interessarem e comparecem.

Os integrantes podem chegar ao grupo por vias diversas, seja por demanda espontânea, seja a partir de encaminhamentos de serviços da rede de educação, saúde ou assistência social do município e região. Neste sentido, há casos encaminhados por Unidades Básicas de Saúde e Centros de Atenção Psicossocial. Outros participantes tomam conhecimento sobre o grupo por meio de ligações telefônicas realizadas por colaboradores do projeto para quem está na lista de espera aguardando a entrevista inicial ou o início da psicoterapia individual. Por fim, os grupos são também divulgados em redes sociais e sites da universidade, bem como por meio de cartazes no espaço

acadêmico e equipamentos da rede de saúde e assistência social.

Relato de experiência e discussão

Passa-se a apresentar a experiência vivenciada no projeto de extensão que propõe a realização de grupos abertos em um serviço-escola de Psicologia, em especial, as especificidades do grupo com crianças.

Ao longo do ano de 2018, o grupo aberto de crianças foi composto em sua maior parte por casos advindos de encaminhamentos da rede pública de saúde, principalmente de unidades básicas de saúde da região próxima à universidade. Estes encaminhamentos eram formalizados a partir de uma consulta com um psicólogo da rede de saúde, sendo este o caminho pelo qual a criança passava até chegar ao grupo. Os motivos que levavam as crianças às consultas na rede pública compreendiam dificuldades na aprendizagem, falta de contato social e agressividade. Em face da ausência de recursos para atender e acompanhar cuidadosamente essas queixas dentro da unidade básica de saúde, o encaminhamento para o grupo aberto de crianças era realizado. Entende-se que esta trajetória percorrida pelo responsável e pela criança contribuía para a expectativa de obter a cura para os sintomas da criança, tendo em vista que esses participantes chegavam com uma espécie de diagnóstico prévio e alta expectativa de resolução.

Ao receber os pais e responsáveis por estas crianças pela primeira vez, os coordenadores encarregaram-se de fazer alguns apontamentos para descrever a função do grupo. Essa conversa era realizada geralmente nos corredores do serviço-escola, de preferência junto com a criança para verificar as reações dela diante das queixas do adulto, logo antes de entrar no grupo. Era sinalizado a eles que, por um lado não seria possível trabalhar questões específicas de cada integrante, por conta do próprio formato do grupo, mas que, a despeito da ausência desta função, as crianças poderiam obter benefícios com a interação social e, a longo prazo, incorrer alguma melhora no comportamento geral da criança.

Contudo, quando se avaliou que a criança necessitava do encaminhamento para atendimento individual os responsáveis foram informados, sugerindo-se vias de intervenção e serviços junto aos quais elas poderiam ser solicitadas, como por exemplo, realização de avaliação psicológica ou psicoterapia. Os critérios para a realização deste encaminhamento envolviam a observação se havia manutenção de alguns comportamentos mesmo após tentativas de intervenção dos coordenadores, sendo eles: o quanto a criança conseguia interagir com os outros, se ela se mostrava agressiva e se o grupo conseguia absorver essa agressividade, o quanto a criança conseguia acompanhar as brincadeiras e atividades grupais que estavam acontecendo e o conteúdo da fala que cada um trazia aos coordenadores.

Neste sentido, notou-se que os participantes apresentaram demandas de diferentes naturezas, ressaltando-se que não houve intenção de atender a uma queixa específica ou

reunir os participantes em torno de uma mesma demanda. Deste modo, o grupo não teve por objetivo ser psicoterapêutico ou realizar o psicodiagnóstico dos usuários. Entende-se que esta modalidade de funcionamento grupal proporcionou um espaço de acolhimento, convivência e possibilidade de criação de vínculos pautado nas intervenções feitas pelos coordenadores. Estas almejavam a escuta, a interrogação do que surgiu nas relações e o estabelecimento de momentos nos quais as crianças puderam comunicar entre si as coisas que aconteceram no próprio grupo e também puderam expor o que se passava com elas. Estas características impuseram desafios na atuação dos coordenadores, no sentido de viabilizar o convívio e encontrar saídas para tornar possível conversas sobre as diferenças entre os participantes, as quais se mostraram acentuadas.

Por outro lado, verificou-se a premência de demandas, por parte dos responsáveis que traziam as crianças, em fornecer uma espécie de cura para o problema que a criança vinha apresentando. Este fator também exigiu manejo constante dos coordenadores para descrever os objetivos do grupo para os responsáveis e também para explicitar quais outros tipos de experiências a criança poderia ter dentro do grupo, para além de uma experiência que olhasse somente para aquela demanda específica.

Como posto, tendo em vista se tratar de um grupo aberto, não foram estabelecidas restrições quanto à participação de crianças no grupo e, com isso, estiveram presentes crianças com um alto nível de agressividade que comprometeram a coesão grupal e exigiram dos coordenadores manejo para não excluir a criança, bem como trazer para o grupo o que poderia estar acontecendo com ela. Em diversos momentos ocorreram interrupções e todas as crianças eram convidadas a opinar sobre os episódios agressivos, por exemplo. Notou-se que isso possibilitou a expressão de várias crianças acerca da agressividade, relatando o que aquilo significava para elas. De fato, isso auxiliava inclusive a criança que estava sendo agressiva a poder dar outros nomes àquilo que estava expressando, principalmente no que diz respeito às possíveis razões para a agressividade.

Em vista disso, aponta-se que há sugestões da literatura acerca do número máximo de integrantes, sinalizando para um número ideal em torno de seis membros (ZIMERMAN, 2000). Como já descrito, na intervenção psicológica não houve limitação da quantidade de participantes e, frequentemente, havia mais de dez crianças por encontro. Contudo, os participantes formavam subgrupos de acordo com a idade, afinidade e interesses em comum, havendo inclusive, um cuidado maior com as crianças menores por parte daqueles que eram mais velhos em alguns momentos.

Considerando esta diversidade das etapas do desenvolvimento dos participantes, procurou-se estimular o contato com crianças que se encontravam em momentos diferentes, auxiliando na compreensão e favorecendo o contato com as diferenças. Haja vista que os contatos sociais de muitos participantes eram restritos ao âmbito escolar, ou seja, com crianças de idades próximas, no grupo tornou-se possível o contato com crianças de outras

idades, embora isso não significasse que o contato tivesse se convertido em vínculos. Entende-se como um desafio a união das crianças de diferentes idades em torno de uma única atividade ou brincadeira. Assim, ofereceu-se um espaço livre, no qual as crianças tinham acesso liberado a um armário com brinquedos, jogos e materiais escolares (folhas sulfites, lápis de cor, giz de cera, entre outros) e, a partir disso, naturalmente os interesses surgiam em torno de fazer alguma coisa.

O agrupamento das crianças a partir da idade exigiu que os coordenadores tentassem minimamente reduzir esse afastamento integrando ou localizando semelhanças nas atividades para que algo pudesse ser feito em grupo. Ou seja, houve uma constante observação e sensibilização para deixar algo surgir naturalmente sem que se interrompesse o processo, mas também atenção para que isso não se tornasse fonte de exclusão ou afastamento entre eles.

Quando era possível esta integração e união em torno de algo comum, como por exemplo atividades de caça ao tesouro ou de contar histórias nas quais cada um contribuía com uma parte dela, diferentes reações por parte das crianças surgiram, desde participantes que cuidavam e outros que hostilizavam os mais novos, por exemplo. Outra reação frequentemente observada era a postura de responsabilidade que alguns adotavam perante os mais novos, instruindo-os como deveria ser feita tal atividade. Contudo, sempre eram validadas as reações e contribuições dos mais novos, embora fugissem totalmente daquilo que era inicialmente proposto. Prevalencia a ideia de todos contribuírem igualmente para o espaço ou atividade que estava sendo criada. Em alguns momentos, a descontração e fantasias dos mais novos permitia que os mais velhos pudessem agir também a partir disso e a brincar com isso.

Os movimentos grupais de excluir algum participante também puderam ser trabalhados e trazidos para o grupo pensar sobre o que havia acontecido ou, ao menos, sinalizar o que a pessoa excluída poderia estar sentindo ou o que estava provocando a exclusão. Ao notar que tal movimento estava tomando forma, um dos coordenadores aproximava-se da criança e tentava entender a situação, conversando diretamente com ela. Logo após, o grupo era convocado a visualizar a situação e tentar entendê-la, além de pensar juntos em formas de incluir novamente aquela criança. Tudo foi feito com o intermédio dos coordenadores perguntando para as crianças o que elas achavam da situação. Geralmente, as reações eram amistosas e, a partir da intermediação dos coordenadores na conversa, as crianças conseguiam integrar-se novamente. Entretanto, um outro desafio se apresentava quando a criança se mantinha excluída mesmo após esta tentativa de inclusão, o que exigia manejo dos coordenadores para conversar sobre o que estava se passando com a criança.

As descrições acima citadas, foram possíveis especialmente por meio do uso de recursos lúdicos, que incluíram desde jogos, brinquedos, piqueniques, atividades de desenho até o brincar livre, com as crianças precisando recorrer ao outro, seja este coordenador ou participante. Perceberam-se interações e aproximações

importantes, tentativas grupais de solucionar situações problemáticas e, assim, a abertura para se lidar com as diferenças nos modos de ser e agir, próprias da subjetividade de cada indivíduo e também da fase de desenvolvimento em que se encontravam.

A partir das experiências relatadas acima, desde o manejo com os responsáveis sobre o funcionamento do grupo até as intervenções realizadas com as crianças durante o grupo, foi possível perceber que se pôde promover a saúde mental ao proporcionar o contato social e identificar riscos para o desenvolvimento das crianças, na medida em que, como observam Ortolan, Sei e Victrio (2018) e Sei e Maireno (2018), o acolhimento oferecido pelo grupo em questão integra práticas de promoção da saúde e oferece uma escuta e acompanhamento especializados.

Neste sentido, Guimarães, Malaquias e Pedroza (2013) postulam a emergência de uma dinâmica relacional única na prática grupal com crianças, em que se encontra uma diversidade de vínculos e a convergência entre a singularidade e a pluralidade dos sujeitos. Tal situação possibilita o confronto com o desenvolvimento psíquico de outras crianças e, com isso, a elaboração do próprio desenvolvimento. Contudo, este confronto entre sujeitos em condições de desenvolvimento tão diferentes demandou, na experiência relatada, a intervenção dos coordenadores. Uma vez que as crianças demonstravam a tendência a se organizarem de forma mais homogênea, isto é, com aqueles que tinham idades aproximadas, os coordenadores tinham o desafio de integrar o grupo em torno de uma atividade em comum, que gerasse algum sentimento mínimo de coesão.

Observou-se também que as crianças demandavam brincadeiras livres, especialmente ao ar livre, tais como esconde-esconde, dança das cadeiras e bola queimada. As propostas apresentadas pelos coordenadores eram recebidas como trabalhos, assemelhando-se àqueles realizados no contexto escolar. Sendo assim, buscou-se sempre tornar as atividades mais atrativas e lúdicas, bem como integrar o brincar livre às dinâmicas propostas, por se considerar a importância das brincadeiras como estratégia mediadora no contato entre as crianças e com os coordenadores. As brincadeiras visavam possibilitar o contato e, a partir disso, o trabalho com questões acerca das relações uns com os outros. Percebeu-se, igualmente, a falta do brincar livre em outros contextos, sendo que no grupo era possível não apenas proporcionar tais práticas, como também associá-las ao contato com outras crianças e com os adultos, os quais se mostravam disponíveis e interessados nas atividades realizadas.

Com base nesta constatação, é possível aproximar a experiência relatada com as considerações de Ortolan, Sei e Victrio (2018), as quais dizem que os terapeutas precisam estar atentos para a real necessidade dos usuários, direcionando um olhar para a singularidade. A percepção acerca do desejo das crianças pelo brincar livre aconteceu somente a partir da escuta e da consideração da subjetividade, e assim, vislumbrar um olhar para além dos diagnósticos e doenças, como sugerem Sei e Maireno (2018) ao discutir sobre os benefícios de um grupo destinado a convivência.

Contudo, por se tratar de um grupo altamente heterogêneo e aberto, limitações permearam o enquadre, como a entrada e saída de participantes que poderia justamente implicar em prejuízos para a formação de vínculo com os coordenadores e entre as próprias crianças. Adicionalmente, o fato de estarem em períodos diferentes do desenvolvimento dificultava a realização de certas atividades em conjunto, sem ser possível, além disso, o trabalho com questões específicas de cada criança dada a variabilidade de demandas.

Nesta perspectiva, consideram-se os desafios levantados e se torna essencial o manejo de situações adversas. O coordenador deve estar atento àquilo que as crianças manifestam no grupo e como estão interagindo, para que se forme um ambiente que possa acolher os participantes e contribuir para a integração grupal. Neste sentido, torna-se pertinente a observação de Massignani, Dalmau e Sabino (2013) de que grupos abertos e heterogêneos possuem características próprias e formas específicas de vínculo com os terapeutas e entre os participantes.

Observa-se que, quando algum participante interrompia a sua vinda no grupo, as crianças manifestavam preocupação perguntando aos coordenadores se eles sabiam o motivo da ausência de tal criança. Isto era trazido à tona no grupo, quando os coordenadores procuravam assinalar o quanto era difícil perder o contato, naquele espaço, com a outra criança. Ou seja, realizavam-se tentativas de significar a saída de alguma criança, dizendo dos prováveis motivos que elas imaginavam que havia ocasionado a saída, bem como lembrando que era uma característica do próprio funcionamento do grupo. Assim, o vínculo era comprometido devido às rupturas do *setting*, não sendo possível uma experiência afetiva profunda de relacionamento.

Entretanto, as crianças do grupo conseguiam se relacionar com o espaço grupal como um local de encontro e convivência, não raro compartilhando dificuldades familiares e sociais, formando amizades que se estenderam além dos muros da instituição. Todavia, o grupo só pode oferecer tais benefícios se houver minimamente uma formação de vínculo, por meio do qual o espaço pode se configurar em um ambiente favorável ao potencial criativo da criança. O grupo se organizou como uma referência para as crianças, a partir do qual compartilharam suas vivências por meio da verbalização ou do brincar. Em decorrência da manutenção da frequência de alguns membros, pôde-se construir alguma vinculação que manteve esses integrantes, possibilitando o compartilhamento de questões emocionais, algo possível somente em um ambiente confiável.

Pensa-se, assim, que os participantes puderam usufruir de benefícios por acessarem um contexto diverso, porém provido de oportunidades para que elas pudessem criá-lo, devendo lidar com as diferenças individuais de cada sujeito e criar estratégias para interagir nas brincadeiras. Apesar dos objetivos do grupo estarem centrados na convivência entre as crianças por meio dos recursos lúdicos, sem um objetivo psicoterapêutico prévio, percebeu-se que ele se tornou um meio de promover a saúde mental e favorecer o desenvolvimento infantil.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, considera-se que o grupo infantil aberto é composto por uma heterogeneidade de faixas etárias e vivências individuais, e apresenta-se como um desafio para os coordenadores, exigindo uma atenção plena dos processos grupais e da realização de intervenções que pudessem aproximar as crianças. Dentro de seus limites, oferece um espaço de convivência, tornando-se referência para as crianças, na medida em que formaram vínculos com os coordenadores e demais integrantes, possibilitando um contato além dos muros da instituição. O grupo apresentou um potencial terapêutico, por mobilizar a interação social entre as crianças e o compartilhamento de vivências.

Quanto aos limites da intervenção, pode-se destacar a diferença na idade das crianças, o que dificultou a interação nas brincadeiras e fomentou a divisão em subgrupos. Esse fato pode ser analisado também a partir dos benefícios que o contato com crianças em idades diferentes pode proporcionar, como a criação de estratégias para facilitar o convívio e a emergência de participantes que ocuparam uma função de cuidado em relação aos participantes mais novos. A diversidade de quadros clínicos exigiu a participação do coordenador, no sentido de possibilitar a integração daqueles que apresentavam maior dificuldade no contato social, como é o caso de crianças com alto nível de agressividade e crianças do espectro autista. Apesar destes limites, entende-se que o grupo em questão tem se constituído como uma ferramenta importante no acolhimento dos usuários que buscam o atendimento e, dentro de seus objetivos, favorece a convivência e a promoção da saúde mental.

Contribuição de cada autor

A primeira autora e o segundo autor foram responsáveis pela escrita do texto; a terceira autora atuou como coordenadora do projeto e foi responsável pela revisão final do texto.

Referências

- AMARAL, A. E. V.; LUCA, L.; RODRIGUES, T. D. C.; LEITE, C. D. A.; LOPES, F. L.; SILVA, M. A. D. Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. **Boletim de Psicologia**, v. 62, n. 136, p. 37-52, 2012.
- BASSO, L., DE SOUZA, R. M., ARAÚJO, S., & CÂNDIDO, C. L. Possibilidade de transformação do sujeito a partir dos vínculos no grupo psicoterapêutico infantil. **Vínculo**, v. 16, n. 1, p. 52-68, 2019.
- BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 13 nov. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de

- Promoção da Saúde (PNPS). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em < <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/23/15.%20PNPS%20revisada%20-%20Portaria%20n%C2%BA%202446.pdf> > Acesso em 29 nov. 2019.
- CAMPEZATTO, P. von M.; NUNES, M. L. T. Caracterização da clientela das clínicas-escola de cursos de Psicologia da região metropolitana de Porto Alegre. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 3, p. 376-388, 2007.
- CITADIN, J. R.; KEMCZINSKI, A.; MATOS, A. V. de. Formação de Grupos para Aprendizagem Colaborativa: Um mapeamento sistemático da literatura. **Nuevas Ideas En Informática Educativa Tise 2014**, v. 10, n. 1, p. 46-54, 2014.
- CUNHA, A. C. F.; SANTOS, T. F. A utilização do grupo como recurso terapêutico no processo da terapia ocupacional com clientes com transtornos psicóticos: apontamentos bibliográficos. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, p.3-14, 2009.
- GAUY, F. V.; FERNANDES, L. F. B. Um panorama do cenário brasileiro sobre atendimento psicológico em clínicas-escola. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, n. 40, p. 401-404, 2008.
- GUERRELHAS, F.; BUENO, M.; SILVARES, E. F. M. Grupo de ludoterapia comportamental x grupo de espera recreativo infantil. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva**, v. 2, n. 2, p. 157-169, 2000.
- GUIMARAES, M. C.; MALAQUIAS, J. H. V.; PEDROZA, R. L. S. Psicoterapia infantil em grupo: possibilidades de escuta de subjetividades. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. 13, n. 3-4, p. 687-710, 2013.
- HEBERLE, A. Y.; OLIVEIRA, L. A. de. Grupos terapêuticos em saúde mental – uma modalidade na prática dos serviços de atenção a saúde mental. Trabalho de Conclusão de Especialização em Saúde Coletiva: Estratégia Saúde da Família, Joaçaba, UNOESC, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/unoesc-ANDR%C3%89IA-YESS-HEBERLE.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- MASSIGNANI, L. R. M.; DALMAU, M. B. L.; SABINO, M. M. F. L. Grupo aberto de apoio psicológico na atenção primária: estudo sobre a eficácia de uma estratégia de gestão em um Centro de Saúde no município de Florianópolis. **Coleção Gestão da Saúde Pública**, v. 6, n. 1, p. 106-127, 2013.
- MELO-SILVA, L. L.; SANTOS, M. A. dos; SIMON, C. P. et al. **Formação em Psicologia: Serviços escolas em debate**. São Paulo: Vetor, 2005.
- MOTTA, C. C. L. D.; MORÉ, C. L. O. O.; & NUNES; C. H. S. D. S. O atendimento psicológico ao paciente com diagnóstico de depressão na Atenção Básica. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 3, p. 911-920, 2017.
- NEVES, S.; CUNHA, C.; GRANGEIA, H.; CORREIA, A. Grupos de reflexão e ação: uma intervenção psicoterapêutica feminista com mulheres vítimas de violência na intimidade. **Ex aequo**, n. 31, p. 13-28, 2015.
- ORTOLAN, M. L. M.; SEI, M. B.; VICTRIO, K. C. Serviço-escola de psicologia e potencialidades dos projetos de extensão: construção de políticas públicas em saúde mental. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v. 5, n. 1, p.78-85, 2018.
- PERES, V. L. A. Triagem psicológica grupal: procedimento e resultados obtidos com lista de espera de crianças, adolescentes e adultos, em uma clínica-escola de psicologia. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 12-13, p. 63-76, 1997.
- PINHEIRO, Â. F. S. **Técnicas e dinâmicas de trabalho em grupo**. Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, 2014. Disponível em < http://ead.ifnmg.edu.br/uploads/documentos/8rrFdOZMb_o.pdf > Acesso em 13 nov 2019.
- ROSSI, E.; KIRCH, J. A.; ALLGAYER, M. Grupo Terapêutico de Crianças - ampliando o contexto da intervenção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 15, 2009, Maceió. **Anais...** Maceió: ABRAPSO, 2009. 9 p. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_X_VENABRAPSO/507.%20grupo%20terap%CAutico%20de%20crian%C7as%20-%20ampliando%20o%20contexto%20da%20interven%C7%C3o.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.
- SALINAS, P.; GORAYEB, R. Caracterização funcional de uma clínica-escola de psicologia médica. **Aletheia**, v. 16, n. 1, p. 83-95, 2002.
- SEI, M. B.; MAIRENO, D. P. Grupos abertos na clínica psicológica universitária e a promoção da saúde. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA DA SAÚDE, 12, 2018, Lisboa, 2018. p. 573 - 581. Disponível em: < <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6213/1/12CongNacSaude573.pdf> > Acesso em: 05 fev. 2019.
- SILVARES, E. F. de M. Invertendo o caminho tradicional do atendimento psicológico numa clínica-escola brasileira. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 5, n. 1, p. 149-180, jun. 2000.
- SIQUEIRA, S. M. C.; JESUS, V. S. D.; SANTOS, E. N. B. D.; WHITAKER, M. C. O.; SOUSA, B. V. N.; CAMARGO, C. L. D. Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 21, n. 1, e20170021, 2017.
- SOUZA, L. V.; DOS SANTOS, M. A. Processo grupal e atuação do psicólogo na atenção primária à saúde. **Journal of Human Growth and Development**, v. 22, n. 3, p.388-395, 2012.
- ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Como citar este artigo:

SOUZA, L. O.; PAIVA, G. C.; SEI, M. B. Grupo aberto de crianças: quais as possibilidades de convivência e intervenção? **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 3, p. 175-182, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10774/pdf> >